



## ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

### A DITADURA MILITAR NAS MEMÓRIAS DA ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA<sup>1</sup>

*Rosilene Dias Montenegro<sup>2</sup>*  
*Fábio Ronaldo da Silva<sup>3</sup>*  
*José Valmi Oliveira Torres<sup>4</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho é um dos resultados do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande e tem como objetivo compartilhar com os demais pesquisadores aspectos da história e memória da Escola Politécnica da Paraíba (1952-1973) que remontam ao cotidiano dessa instituição de ensino superior, (origem do campus universitário de Bodocongó, em Campina Grande). Apresentaremos algumas memórias referentes ao período da ditadura militar e reflexão sobre os reflexos do regime militar no cotidiano da Politécnica. A análise tem como principais fontes bibliografia sobre o tema, depoimentos de fundadores, pioneiros, ex-professores e ex-alunos da Escola Politécnica da Paraíba, depoimentos estes em forma de entrevistas concedidas ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. Em termos gerais concluímos que o tema ditadura no tocante a história e memórias da Escola Politécnica da Paraíba é um campo de estudo a ser explorado.

**Palavras-chave:** Escola Politécnica da Paraíba. Ditadura. Memória. Campina Grande.

<sup>1</sup> Este artigo é um dos resultados do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, que tem sido apoiado por meio de aprovação de bolsas PIBIC, e PROBEX, Contribuíram para o presente artigo os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes de Iniciação Científica vinculados ao Projeto Memória: Raquel da Silva Guedes, e Rafael Porto, Caroline Silva; e o pesquisador colaborador Glauco Machado.

<sup>2</sup> Doutora em História, [rosilenedm@hotmail.com](mailto:rosilenedm@hotmail.com). Professora da Unidade Acadêmica de História e dos Programas de Mestrado em História da UFCG, e Mestrado em Desenvolvimento Regional da UEPB. Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Regional.

<sup>3</sup> Doutorando em História pelo PPGH/UFPE, [fabiocg@gmail.com](mailto:fabiocg@gmail.com). Professor Universitário, atuando em instituições de ensino superior particulares.

<sup>4</sup> Mestre em História pela UFCG, [josevalmi@yahoo.com.br](mailto:josevalmi@yahoo.com.br). Professor do ensino médio da rede pública do Estado Paraíba.

## INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil representa para a história e memória da sociedade brasileira um período de profunda arbitrariedade e grave desrespeito aos direitos humanos de expressão, de opção política e ideológica, da liberdade em seu sentido mais amplo, e período de várias ocorrências de crime contra a pessoa e contra a vida.

Neste ano de 2014, em que registramos cinquenta anos do golpe militar que deu início a um período de vinte e um anos de ditadura no Brasil (1964-1985), tem ocorrido várias ações promovidas nos diferentes espaços sociais de organizados: espaços de reflexão e discussão das comunidades acadêmicas de universidades, de escolas, órgãos representativos de profissionais dos meios de comunicação, de advogados, de políticos, de igrejas, dentre outros segmentos sociais organizados. Ao mesmo tempo em que temos tido notícias dos trabalhos em todos os Estados e várias cidades no Brasil das Comissões da Verdade, que compõem a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528 de 2011, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff.

A Comissão Nacional da Verdade, como é de conhecimento público tem como objetivo investigar as violações graves dos direitos humanos no período de 1946 a 1988. Ou seja, propõe investigações para ocorrências graves de desrespeito aos direitos humanos a pouco mais de duas décadas do início da ditadura militar no Brasil e três anos após o término desse regime no país.

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba foi criada pelo Decreto 33.426 de 31/10/2012, sancionado pelo Governador Ricardo Coutinho, e teve seus trabalhos iniciados em 11/03/2013 conforme informação disponível no sítio da web, <http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf>. Desde então, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba vem realizando Audiências Públicas em que são feitos os relatos das perseguições, arbitrariedades, prisões, torturas e mortes pelos cidadãos militantes.

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba em seu trabalho cidadão e de mais elevado valor para a cultura da democracia, produziu um relatório parcial que já consiste em incontestável contribuição para o conhecimento de pessoas, situações, autores, vítimas de perseguições, prisões, tortura e assassinatos de militantes. Não é propriamente a história da ditadura no Estado da Paraíba, mas consiste em aspectos da história e espaço de registro e divulgação das memórias de testemunhas, em geral militantes vitimados pela criminosa arbitrariedade que dominou o cenário político naqueles anos de chumbo.

No ensejo desse momento de conhecimento, reflexão, divulgação e estudo sobre essa página virada de nossa história, nós historiadores, temos sido convidados e também provocados a refletir sobre esse passado. A modesta contribuição que aqui pretendemos apresentar tem a ver com a divulgação de aspectos do cotidiano acadêmico no espaço de vivência, disputa de interesses e tensões, produção de discurso e de sentidos. Nos referimos a Escola Politécnica da Paraíba, instituição de ensino superior que tem sido nosso objeto de pesquisa há dez anos. Vejamos.

## A ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA

A instituição de ensino superior chamada Escola Politécnica da Paraíba, foi criada Pelo Governador José Américo de Almeida, em 6/10/1952, por meio da Lei nº 792, da Assembléia Legislativa. O Governador, político, intelectual e também escritor, atendia à reivindicação de um grupo de cidadãos que naturais da cidade de Campina Grande ou nela residentes, representantes dos setores mais progressistas dessa cidade, sonhou, idealizou e projetou para Campina Grande a criação de uma instituição de ensino superior na área de conhecimento das ciências exatas, mais precisamente da área tecnológica. À reunião que deu ensejo ao projeto de lei para a criação da Escola Politécnica da Paraíba estiveram presentes: o Sociólogo José Lopes de Andrade, então Chefe de Gabinete do Governador José Américo de Almeida; o professor Milton Paiva, diretor do Colégio Estadual<sup>5</sup> de Campina Grande; os técnicos, Engenheiros: Antônio da Silva Morais, José Marques de Almeida Junior, Austro de França Costa, Giuseppe Gióia; e, o então estudante de economia Edvaldo de Souza do Ó; e, ainda os generais José Oliveira Leite e Vinícius Londres da Nóbrega, representando os interesses dos grupos pessoenses na política de ensino superior para o Estado da Paraíba.

A Escola Politécnica da Paraíba funcionou na cidade de Campina Grande de outubro de 1952 a dezembro de 1976. Breve espaço de tempo em que se construiu, consolidou e tornou uma das instituições de referência no ensino de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica de todo o Norte Nordeste (LOPES, s/d). Em sua breve existência se localizou em três lugares: na antiga Escola Solon de Lucena, hoje prédio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde funcionou também a Reitoria dessa instituição. Depois funcionou por breve período em um setor das dependências do Colégio Estadual da Prata. Somente em 1959, conseguiu mudar-se para o local que seria sua sede definitiva e que hoje constitui o *campus* da Universidade Federal de Campina Grande, na rua Aprígio Veloso, bairro Universitário.

A Escola Politécnica da Paraíba existiu de outubro de 1952 a dezembro de 1976, quando se transformou em Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), então *campus I*, Campina Grande. Porque em 1973, em decorrência da Reforma Cêntrica nas universidades públicas brasileiras, criada pelo Ministério da Educação (MEC) determinou-se que a estrutura organizacional das instituições públicas de ensino superior seria baseada em Centros de ensino. O MEC buscava instituir uma estrutura padrão para as instituições públicas de ensino no país. Em vez de Escola, Faculdade, Instituto, os Centros. Embora a Reforma Cêntrica fosse de 1973, o processo de transição de Escola para Centro só se completou em 1976. Ano em que a Escola Politécnica da Paraíba, então unidade de ensino da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi transformada em Centro de Ciências e Tecnologia. E a Faculdade de Ciências Econômicas – FACE, em Centro de Humanidades. Os dois Centros do *campus II*, da UFPB.

<sup>5</sup> Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, mais conhecido como Colégio da Prata.

A Escola Politécnica da Paraíba foi criada como instituição de ensino superior do Estadual. Vencida a etapa de implantação, seus dirigentes (os fundadores e os pioneiros) ansiando o alargamento dos horizontes dessa instituição, buscou apoios e alianças políticas para transformar a Escola Politécnica da Paraíba em instituição federal de ensino superior. A federalização proporcionaria melhores condições financeiras para a realização de seu projeto pedagógico de expansão, qualificação de seu quadro de professores e técnicos, aumento do quadro efetivo de pessoal e mais recursos para as ações de ensino e conseqüentemente melhoria da qualidade de formação de seus engenheirandos. A federalização também implicaria no fortalecimento da Politécnica no tocante ao seu papel e importância para desenvolvimento da cidade de Campina Grande. Todavia, esse projeto só teria viabilidade se lograsse unir a bancada paraibana no Congresso Federal. Para isso fazia-se necessário atender aos diferentes interesses de grupos dirigentes e de poder representantes das duas principais cidades da Paraíba, a capital João Pessoa e Campina Grande, segunda mais importante cidade do Estado. Os interesses foram atendidos com a proposta acatada por todos: criar a Universidade Federal da Paraíba, que reuniria dez instituições de nível superior do Estado: oito em João Pessoa; e, dois em Campina Grande (a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas – FACE). Aparadas as arestas, atendidos os principais interesses em jogo, foi criada a UFPB, pela Lei nº 3.385, de 13/12/1960, no Governo de Juscelino Kubitschek.

## ESPAÇO DE DISCUSSÃO

Na Escola Politécnica discutia-se muito política. Não a política partidária, que não permitia grandes variações ou opções de escolha, mas a política referente as idéias de progresso e desenvolvimento econômico. A sociedade campinense, aqui entendida como o conjunto dos segmentos sociais organizados, compreendia a Escola Politécnica da Paraíba, que chamavam de Campina Grande, ou Politécnica, ou ainda, mais carinhosamente de Poli, tinha a Escola Politécnica como uma das mais importantes realizações no tocante a política de desenvolvimento (entendido naquele momento como desenvolvimento econômico) da cidade, porque a instituição prometia êxito em seu intento de tornar-se referência na formação de profissionais das engenharias e com isso suprir as carências de mão-de-obra altamente qualificada no âmbito local e regional (EDVALDO DO Ó, s/d). Com a implantação da Politécnica também começavam a acorrer para a cidade de Campina Grande mais estudantes de outras cidades e mesmo de outros estados, mais estudantes para as escolas de ensino médio, e promessa de ampliação de empreendimentos econômicos em decorrência das demandas que essa instituição de ensino superior tendia a gerar. A discussão política, portanto, centrava-se nos problemas da cidade cuja sociedade ansiava o progresso, e os problemas que efetivamente constituíam obstáculos ao sonhado progresso.

Um dos problemas econômicos que angustiava os comerciantes, empresários, campinenses ou nessa cidade enraizados, dizia respeito ao declínio do comércio do algodão. Se Campina Grande se constituíra numa cidade próspera, com o período do

aumento da participação do país no comércio internacional do algodão, e a riqueza daí proveniente implicara em desenvolvimento econômico para a cidade, o declínio cada vez mais acentuado dessa economia algodoeira gerava incertezas e aflições. Não obstante a localização geográfica privilegiada da cidade de Campina Grande, o que substituiu paulatinamente a riqueza gerada pelo algodão passou a ser cada vez mais as riquezas geradas pela instalação na cidade de uma instituição de ensino superior com áreas tecnológicas, seguida pela implantação de cursos na área das ciências humanas e em fins dos anos 1970, a federalização do curso de Medicina, que constituiu o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS.

Foi então no ambiente da produção acadêmica, nos cursos de engenharia Civil e de engenharia Elétrica, no curso de Economia, que se passou a pensar não somente a qualidade a ser imprimida na formação dos estudantes da Politécnica e da FACE, mas, também, a formação em nível de pós-graduação, a relação com as empresas, a relação com os poderes governamentais, no que diz respeito a qualificação de estudantes para assumir e preencher os empregos públicos e as colocações nas empresas privadas. Disputas de concepções de ensino, de ideologia, de projetos pedagógicos, de responsabilidades na formação desses futuros profissionais cidadãos. A discussão sobre a formação cidadã não estava posta como orientação e princípio político, mas já fazia parte da preocupação de nossa academia em Campina Grande e certamente em outras instituições do país.

Os anos cinqüenta do século passado foram de intenso debate sobre os rumos do país. Os segmentos sociais debruçaram-se em busca de soluções para o Brasil. No debate era predominante a visão da industrialização como saída e resposta aos problemas (MONTENEGRO, 2004). Nesse período foram criadas em praticamente todos os estados da federação instituições de estudo, planejamento, empreendimento de ações voltadas para o desenvolvimento (então entendido como crescimento econômico). Em Campina Grande foram criados:

(...) vários órgãos municipais voltados para essas realizações, a exemplo, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA), Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial (FAGRIN), e principalmente a Escola Politécnica. (TORRES, 1910, p. 159)

É possível afirmar que o imaginário identitário da cidade de Campina Grande como o lugar do progresso e da prosperidade ajudava no favorecimento de um ambiente propício e bastante receptivo às idéias desenvolvimentistas do governo JK (MONTENEGRO, 2009). Um governo que propagava a visão desenvolvimentista e a necessidade da sociedade brasileira consolidar as práticas democráticas, e angariava simpatias pelas promessas dos resultados das ações desenvolvimentistas empreendidas. Era, pois, um ambiente, um clima de discussão de ideais e projeção de prosperidade para o país.

Ao suceder JK, o governo João Goulart (Jango) mantinha o discurso do desenvolvimento por meio da industrialização, mas ampliava significativamente a

proposta de aprofundamento da democracia no país por meio da proposta do governo de realização das reformas de base. Essas atingiriam fundamentalmente os interesses dos latifundiários e do capital multinacional – a reforma agrária e ampliação do processo de estatização da economia. Foram essas propostas o estopim para o golpe que já estava em gestão desde 1954.

“Nas escolas, nas ruas, campos, construções (...)” (Geraldo Vandré), se debatia os destinos do país. E o debate passava pela possibilidade, sim, da implantação do regime comunista, nem que essa possibilidade estivesse mais no plano do discurso do que do plausível, do exequível, do real.

(...) Estávamos no governo de Jango. Era um governo socialista. E todo estudante que não fosse comunista era imbecil, sabe? Você não podia ser de direita. Os estudantes, os professores eram todos de direita, né? E todo mundo era a favor da Reforma de Base; e todo mundo lutava pelo povo na universidade, o *slogan* era “o Povo na Universidade”. (AM, 2013, p. 1)<sup>6</sup>

As ideologias políticas não somente estavam em debate, mas em vivência, em aprendizado de democracia. Sem dúvida a posição conservadora, e anti-comunista era predominante. Mas existia a outra posição, a socialista ou comunista, em disputa por espaços de expressão e proposição de mundo, sociedade. Com o golpe militar e a instalação da ditadura militar no Brasil foi interrompido um momento singular de nossa invenção como povo, como sociedade.

“A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão” (Chico Buarque). Essa representação cantada por Chico Buarque exprimiu a situação de medo da ditadura. Na Politécnica, e em vários cursos da UFPB e da Universidade Regional do Nordeste (URNE), a exemplo do que ocorria em todo o país, se instalaram os mecanismos repressores da ditadura.

Houve repressão. (...) era uma coisa muito calada, ninguém sabia, era no cochicho que agente falava “fulano foi preso”, “sicrano desapareceu”. Você tava conversando (...), aí chegava um cara e se metia no papo sem ninguém chamar, sabe? Aí, a gente foi descobrindo que aquilo eram pessoas infiltradas. Na minha turma tinham (...) um major, dois tenentes e um sargento, (...) **A gente não podia dizer nada, não se falava de política, acabou-se.** (grifo nosso). (AM, 2013, p. 3)

A ditadura foi criminosa por ter violado brutalmente direitos fundamentais da pessoa humana, chegando a assassinar centenas de pessoas. Mas foi também nefasta por interromper uma prática que estava se sedimentando em nossa cultura política, a de se falar em política, projetar o futuro, idealizar as melhorias. Prática que estava relacionada a anseios coletivos, a envolvimento e engajamentos coletivos. A ditadura não somente empobreceu nossa cultura política como a emburreceu e embruteceu.

<sup>6</sup> Entrevista concedida a bolsista de iniciação científica, Raquel da Silva Guedes, membro do Projeto Memória, para fins do projeto “Mulheres nas Engenharias - estudos da história da Ciência e Tecnologia” PIBIC/UFCG 2012-2013, sob a orientação de Rosilene Dias Montenegro.

Não obstante a presença da vigilância ignóbil e o clima de terror implantando nos espaços por excelência democráticos – como o é o do ambiente universitário, as tensões e diferenças de visão continuavam existindo. Em entrevista concedida ao Projeto Memória, um professor pioneiro da Escola Politécnica, e aposentado já no período da UFPB, afirmou existirem dois grupos políticos na Politécnica, o da direita e o da esquerda. Os primeiros chamavam os segundos de “os comunistas” ou “os vermelhos”.

Não conseguimos identificar as diferenças tocantes aos ideais para a Politécnica. Conjeturamos que essas diferenças mostravam-se mais claramente no tocante ao regime ditatorial, muito mais como reflexo de uma ideologia anticomunista do que propriamente uma defesa do regime ou justificativa para as atrocidades que se tomava conhecimento “falando de lado e olhando pro chão”.

O Relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (2014, pp. 78-79), identificou dentre as dezenas de estudantes militantes da UFPB e FURNE, que sofreram abusos da ditadura, os estudantes da Politécnica e FACE, a seguir citados: Djamil de Holanda Barbosa (Escola Politécnica - CG); Edite Maria de Oliveira (FACE - CG); Iêdo Martins Marcondes da Silveira (Escola Politécnica - CG); Jaerson Lucas Bezerra (FACE - CG); Jurandir Cardoso de Alcântara (FACE - CG); Simão de Almeida Neto (Curso de Engenharia – CG).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba é valiosíssima, porque nos dá a conhecer e ter acesso a fatos, dados, nomes, lugares, situações, datas, que somadas às memórias possibilitam as revisões e reescritas do passado e da nossa história. De modo que, ao confrontar informações disponibilizadas por essa Comissão com as entrevistas que realizamos no Projeto Memória, somos obrigados a nos interrogar sobre o silêncio sobre o período da ditadura nas quase três dezenas de entrevistas que realizamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa sobre a Escola Politécnica da Paraíba.

É fato que tendo optado por entrevistas sobre o tema: Escola Politécnica, não perguntamos de forma sistemática sobre o período da ditadura. Mesmo não tendo conduzido as entrevistas para o registro de lembranças e memórias do assunto ditadura, alguns entrevistados falaram e identificaram o que denominaram de grupos de esquerda e grupos de direita, ou mesmo os “conservadores” e os “comunistas”, mas não falaram de estudantes presos, da intervenção no Diretório Acadêmico, dos funcionários e professores perseguidos em Campina Grande ou João Pessoa.

Inegavelmente, o material reunido, as memórias registradas, as discussões com possibilidades variadas de novas abordagens e reescrita de capítulos dessa história estão descortinadas ao historiador, mormente aos afeitos à reflexão sobre a cultura política, práticas políticas e à defesa da democracia como espaço de garantia das liberdades, dos direitos e também dos deveres, e, principalmente, do respeito às diferenças.

**REFERÊNCIAS**

GUEDES, Raquel da Silva. **Mulheres nas Engenharia – Estudos da História da Ciência e Tecnologia.** (Relatório final do PIBIC/CNPq/UFCG-2013)

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande: uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste.** Campina Grande: Editora Tecnal, [s.d].

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **O Nordeste nos anos 50 e do ano atual: um balanço crítico.** In: MONTENEGRO, Rosilene Dias, et alii. (Org.). O Nordeste e seus desafios. 1ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **História política e imaginário de progresso em Campina Grande no anos 50.** In: **Saeculum.** Revista de História. Nº 10, Janeiro/Julho 2004 - João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2004.

Ó, Edvaldo de Souza do. **Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande.** Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda. s/d

TORRES, José Valmi Oliveira. **Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973).** Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010.

Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba. <http://www.cev.pb.gov.br/RelatorioCEV.pdf> (acesso em 14/07/2014).

**ENTREVISTAS CEDIDAS AO PROJETO MEMÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Lenilda do Nascimento Melo. (2006)

Antônio Ildefonso de Albuquerque Melo. (2004)

Adalberto Machado Moita. (2004)

Ana Maria Vilar. (2013)